



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES

Estado de São Paulo

AVISO DE LICITAÇÃO - A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JALES - SP, avisa que se encontram abertas as inscrições à licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, registrado sob o nº 1512.023 - SRP 03/2023, que objetiva o Registro de preço para eventual aquisição de cestas básicas para atender as famílias e/ou indivíduos carentes que serão atendidos pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente, pelo período de 12 (doze) meses, sendo o seu encerramento às 08h30min do dia 27 de março de 2.023, com a abertura das propostas às 08h45min do mesmo dia. As empresas interessadas em participar da referida licitação poderão obter mais informações junto a Divisão de Licitações, Compras e Contratos da Prefeitura do Município de Jales - SP, sito na Rua Cinco, nº 2.266, Centro, nesta, ou pelo telefone (17) 3622-3000 – Ramais 3016, 3005, 3033 ou 3056, no horário normal do expediente. O Edital completo e demais elementos que determina as condições do certame encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, bem como, no site www.jales.sp.gov.br e na plataforma BLL www.bllcompras.org.br, podendo ser retirados gratuitamente. Jales - SP, aos 13 de março de 2.023. LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA - PREFEITO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINÓPOLIS

C.N.P.J. Nº 45.132.719/0001-14

Praça da Bandeira nº 69 – Centro – CEP 15.730-000

E-Mail: executivomarinopolis@yahoo.com.br

Telefone – (17) 3695-1101 – Fax (17) 3695-1101

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINOPOLIS

Dispensa de Licitação

Espécie: Processo nº 019/2023 – Dispensa. nº 011/2032 - Dispensa de licitação com fundamento no Artigo 72 e 75, da Lei Federal 14.133/2021. Objeto: Aquisição de 09 (nove) longarinas de 03 lugares modelo diretor para utilização no Velório Municipal. Favorecido: PAULO GILBERTO BARRO (CNPJ: 39.368.254/0001-00), Valor: 14.373,00. Vigência: Entrega Imediata; Cobertura Orçamentária: Categoria Econômica 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente – Pessoa Jurídica. Marinópolis/SP, em 13/03/2023. Evaldo Ribeiro – Prefeito Municipal.

CONSIRJ

3ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO – ESPECIALMENTE NA RESOLUÇÃO Nº. 01/2012 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012 DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ é um Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº. 04.685.273/0001-78, com sede na Rua Sebastião Martins, nº. 2.373, jardim Samambaia, no Município de Jales, Estado de São Paulo, por intermédio dos municípios consorciados, APARECIDA D'OESTE, ASPÁSIA, DIRCE REIS, DOLCINÓPOLIS, JALES, MARINÓPOLIS, MESÓPOLIS, PALMEIRA D'OESTE, PARANAPUÃ, PONTALINDA, SANTAALBERTINA, SANTANA DAPONTE PENSE, SANTA SALETE, SÃO FRANCISCO, URÂNIA e VITÓRIA BRASIL, de comum acordo, ratificam a TERCEIRA ALTERAÇÃO e CONSOLIDAÇÃO do CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, na forma da Lei nº 11.107/05, de seu regulamento Decreto nº 6.017/07 e das demais disciplinas legais aplicáveis à matéria, tendo como justas e acordadas as seguintes alterações, observadas as condições abaixo estabelecidas: Para tanto, os Representantes legais de cada um dos Municípios interessados subscrevem o presente.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

CAPÍTULO I

DO CONSORCIAMENTO

SEÇÃO I – DOS SUBSCRITORES

Artigo 1º - Neste ato, são subscritores deste contrato de consórcio público:

- I - O MUNICÍPIO DE APARECIDA D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 46.605.051/0001-48, com sede na Praça Ademir de Oliveira, nº10, CEP 15.735-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor IZAIS APARECIDO SANCHEZ, portador do CPF/MF nº. 062.320.078-32;
- II - O MUNICÍPIO DE ASPÁSIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 65.712.002/0001-59, com sede na Rua Santos, nº. 350, CEP 15.763-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor IVAN DE PAULA, portador do CPF/MF nº. 018.699.218-10;
- III – O MUNICÍPIO DE DIRCE REIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 65.711.988/0001-42, com sede na Rua Catulo Paixão Cearense, nº. 415, CEP 15.715-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor ROBERTO CARLOS VISONÁ, portador do CPF/MF nº 080.796.118-31;
- IV - O MUNICÍPIO DE DOLCINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 48.318.182/0001-70, com sede na Avenida Elydio Massarenti, nº. 1320, CEP 15.740-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor AMÉRICO RIBEIRO DO NASCIMENTO, portador do CPF/MF nº 888.434.088-87;
- V - O MUNICÍPIO DE JALES, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 45.131.885/0001-04, com sede na Rua Cinco, nº. 2.266, CEP 15.700-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor LUIS HENRIQUE DOS SANTOS MOREIRA, portador do CPF/MF nº 284.644.738-18;
- VI - O MUNICÍPIO DE MARINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 45.132.719/0001-14, com sede na Praça da Bandeira, nº. 69, CEP 15.730-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor EVALDO RIBEIRO, portador do CPF/MF nº 062.323.868-33;
- VII - O MUNICÍPIO DE MESÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 65.712.069/0001-93, com sede na Rua Jose Galice, nº. 1785, CEP 15.748-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor JOSÉ CARLOS DA SILVA, portador do CPF/MF nº 172.502.258-39;
- VIII - O MUNICÍPIO DE PALMEIRA D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 46.609.731/0001-30, com sede na Avenida Dr. Francisco Felix de Mendonça nº. 49-55, CEP 15.720-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor REINALDO SAVAZI, portador do CPF/MF nº 256.370.238-08;
- IX - O MUNICÍPIO DE PARANAPUÃ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 45.134.236/0001-59, com sede na Rua Pedro Lanzoni, nº. 2383, CEP 15.745-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor DANIEL JUNIOR DURAN PINATTO, portador do CPF/MF nº 222.538-918-78;
- X - O MUNICÍPIO DE PONTALINDA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 65.712.077/0001-30, com sede na Rua José Joaquim Lourenço, nº. 1723, CEP 15.718-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor SISINIO DE OLIVEIRA LEÃO, portador do CPF/MF nº 928.411.808-59;
- XI - O MUNICÍPIO DE SANTAALBERTINA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 45.135.530/0001-85, com sede na Rua Armino Pilhalarmi, nº. 1121, CEP 15.750-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor GERSON FORMIGONI JUNIOR, portador do CPF/MF nº 304.221.498-29;
- XII - O MUNICÍPIO DE SANTANA DA PONTE PENSE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 45.138.088/0001-40, com sede na Avenida São Joaquim, nº. 513, CEP 15.765-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor VAGNER HERNANDES, portador do CPF/MF nº

215.284.088-70;

- XIII - O MUNICÍPIO DE SANTA SALETE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.611.211/0001-23, com sede na Avenida XV de Novembro, nº. 435, CEP 15.768-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor JEDER FABIANO SANTIAGO SOUZA, portador do CPF/MF nº 329.255.448-94;
- XIV - O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 46.603.395/0001-18, com sede na Avenida Oscar Antonio da Costa, nº. 1187, CEP 15.710-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor SEBASTIÃO DE OLIVEIRA BAPTISTA, portador do CPF/MF nº 541.280.318-00;
- XV - O MUNICÍPIO DE URÂNIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 46.611.117/0001-02, com sede na Avenida Brasil, nº. 390, CEP 15.760-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor MÁRCIO ARJOL DOMINGUES, portador do CPF/MF nº 223.429.798-52;
- XVI - O MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 01.611.210/0001-89, com sede na Rua Jose Nogueira de Souza, nº. 364, CEP 15.705-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor PAULO HENRIQUE MIOTTO, portador do CPF/MF nº 338.904.168-02.

SEÇÃO II - DA RATIFICAÇÃO

Artigo 2º - Os Municípios que subscreveram o Protocolo de Intensão constante do artigo 1º, neste ato, assinam o presente instrumento para converterem o referido protocolo em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017).

Artigo 2º - O Protocolo de Intenções, após sua ratificação por pelo menos 1/4 dos Municípios que o subscreveram, converte em Contrato de Consórcio Público, ato constitutivo do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ.

Artigo 3º - Para ser considerado consorciado o Município subscritor do Protocolo de Intenções será necessário ratificar através de Lei específica aprovada pelo município pretendente.

Artigo 4º - A subscrição pelo Chefe do Poder Executivo Municipal neste Protocolo de Intenções não induz a obrigação de ratificar, cuja decisão pertence, soberanamente, ao Poder Legislativo.

Artigo 5º - Somente poderá ratificar o Protocolo de Intenções o Município que o tenha subscrito.

Artigo 6º - O Município não designado no Protocolo de Intenções não poderá integrar o Consórcio, salvo por meio de instrumento de alteração do Contrato de Consórcio Público.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

SEÇÃO I – SÃO FINALIDADES DO CONSÓRCIO

Artigo 7º - Para os efeitos deste Contrato de Consórcio Público e de todos os atos emanados subscritos pelos Municípios consorciados, com as finalidades abaixo; (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);

Artigo 7º - Para os efeitos deste Protocolo de Intenções e de todos os atos emanados subscritos pelos Municípios consorciados, com as finalidades abaixo;

Artigo 8º - A prestação de serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade, a nível ambulatorial, para a população dos municípios consorciados, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS, assegurando o estabelecimento de um sistema de referência e contra referência, eficiente e eficaz, como também, serviços de assistência técnica e fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos Municípios consorciados;

§ 1º - O Consórcio destina-se à organização, implantação e desenvolvimento de ações no sistema micro-regional de saúde, dentro da área de jurisdição dos municípios consorciados segundo diretrizes do Sistema Único de Saúde.

I - Representar o conjunto dos municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, relacionadas às atividades de saúde perante quaisquer outras entidades, especialmente perante as demais esferas constitucionais de governo;

II - a gestão associada de serviços públicos ou de interesse público na área de saúde;

III – Prestação de serviços de Pronto Socorro para atendimento de urgências e emergências, unidade de pronto atendimento UPA, especialidades médicas, laboratórios, odontológicas e epidemiológicas, Atendimento Integral a Crianças e Adolescentes usuárias de álcool e outras drogas, na forma e prazos que seguem: bem como do SAMU-192;

III – Prestação de serviços de Pronto Socorro para atendimento de Urgências e Emergências em Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192; Especialidades Médicas em Psiquiatria e Infecologia; Exames Laboratoriais e Exames de Raios-X; Serviços de Especialidades Odontológicas; Serviços de Atendimento Psicossocial “CAPS 1”; Serviços de Atendimento a Criança e Adolescente usuárias de álcool e outras drogas “CAPS AD”, na forma e prazos que seguem;

IV - o compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de pessoal técnico e de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal;

V - a produção de informações ou de estudos técnicos, inclusive os de caráter permanente sobre as condições epidemiológicas da região oferecendo alternativas de ações que modifiquem tais condições;

VI - a promoção do uso racional dos recursos técnicos e financeiros da rede municipal de saúde, gerenciando-os, juntamente com as secretarias de saúde dos municípios consorciados, de acordo com os parâmetros aceitos pelo Ministério da Saúde;

VII - a execução de programas de saúde pública e o exercício de funções e competências dos Municípios consorciados, no âmbito da atenção básica do Sistema Único de Saúde, que lhe tenham sido delegadas, transferidas ou autorizadas, obedecidos os princípios, diretrizes e normas que regulam o SUS;

VIII - o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Municípios consorciados;

IX - a criação de instrumentos de controle, avaliação e acompanhamento dos serviços de saúde prestados à população regional;

X - o fornecimento de assistência técnica, treinamento, pesquisa e desenvolvimento dos profissionais e dos serviços de saúde pública;

XI - desenvolver, de acordo com as necessidades e interesses dos consorciados, ações conjuntas de vigilância em saúde, tanto sanitária quanto epidemiológica;

XII - a aquisição ou administração de bens para uso compartilhado dos Municípios consorciados, bem como de medicamentos, serviços e materiais utilizados pela atenção básica do SUS;

XIII - a realização de licitação compartilhada da qual, nos termos do edital, possa decorrer contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos Municípios consorciados;

XIV - o desenvolvimento de planos, programas e projetos destinados à promoção, recuperação, preservação e melhoria das condições da saúde da população dos municípios consorciados, observados os princípios, diretrizes e normas que regulam o Sistema Único de Saúde - SUS;

XV - a prestação de serviços, dentro do âmbito de sua atuação, em relação a pessoas jurídicas de direito público não consorciadas e pessoas jurídicas de direito privado, sendo que, nesses casos, os serviços deverão ser oferecidos em condições de mercado, de modo que seu produto reverterá para o Consórcio como um todo;

XVI - viabilizar ações conjuntas na área de compra, suprimento e/ou produção de materiais, medicamentos e outros insumos;

XVII - fomentar o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados ou que neles vierem a se estabelecer;

XVIII - incentivar e apoiar a estruturação dos serviços básicos de saúde nos municípios consorciados, objetivando a universalidade e a uniformidade de atendimento médico e de auxílio diagnóstico para a correta utilização dos serviços oferecidos através do Consórcio;

XIX - prestar assessoria na implantação de programas e medidas destinadas à promoção da saúde da população dos municípios consorciados;

XX - representar municípios que o integram, nos assuntos atinentes às finalidades do Consórcio, perante quaisquer autoridades ou instituições;

XXI - estabelecer relações cooperativas com outros consórcios regionais que venham a ser criados e que, por sua localização, no âmbito macrorregional, possibilite o desenvolvimento de ações conjuntas;

XXII - viabilizar a existência de infraestrutura de saúde regional na área territorial do consórcio;

XXIII - o apoio, a instituição e o funcionamento de escolas de formação, treinamento e aperfeiçoamento na área de saúde, ou de estabelecimentos congêneres.

XXIV - Universalidade de acesso aos serviços de saúde;

XXV - integralidade da assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema;

XXVI - preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral;

XXVII - igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos e privilégios de qualquer espécie;

XXVIII - direito a informação, às pessoas assistidas, sobre a sua saúde;

XXIX - divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e sua utilização pelos usuários;

XXX - utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades, a alocação de recursos e a orientação programática; (VIII) participação da comunidade;

XXXI - descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo:

a - ênfase na descentralização dos serviços para os municípios;

b - regionalização e hierarquização da rede de serviços de saúde;

XXXII - integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico;

XXXIII - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população;

XXXIV - capacidade de resolução dos serviços em todos os níveis de assistência;

XXXV - organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos.

XXXVI – Fazer cumprir o artigo 196 da Constituição Federal Brasileira que prescreve: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação";

XXXVII – Fazer cumprir a Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990 - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Artigo 21º - O Consórcio é composto dos seguintes órgãos:

- I - Assembleia Geral;
 - II – Diretoria Executiva
 - III - Conselho Curador;
 - IV - Conselho Fiscal;
 - V – Diretoria Administrativa
- Parágrafo Único - O Estatuto do Consórcio poderá criar outros órgãos, vedada à criação de cargos, empregos e funções remunerados.
- CAPÍTULO IX
- DAASSEMBLÉIA GERAL
- SEÇÃO I - DO FUNCIONAMENTO
- SUBSEÇÃO I – NATUREZA E COMPOSIÇÃO
- Artigo 22º - AAssembleia Geral, instância máxima do Consórcio, é órgão colegiado composto pelos Chefes do Poder Executivo de todos os Municípios consorciados e terá as seguintes atribuições:
- I - Eleger a Diretoria Administrativa e a Diretoria do Conselho Curador;
 - II - Aprovar a proposta de programação anual da Instituição;
 - III - Apreciar o relatório anual do Conselho Curador;
 - IV - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
 - V - Outros assuntos julgados necessários.

- § 1º - Só pode ser Membro da Diretoria Administrativa chefes do Poder Executivo de município consorciado;
- § 2º - AAssembleia Geral será dirigida pelo Presidente da Diretoria Executiva que acumulará o cargo com o de Diretor Executivo;
- § 3º - Na ausência, será Presidido pelo Vice-Presidente da Diretoria Executiva;
- § 4º - Será permitido representante de Prefeito para fins de participação em Assembleia Geral, mas não poderá participar de votações.

SEÇÃO II – DAS REUNIÕES

Artigo 23º - AAssembleia Geral reunir-se-á ordinariamente 04 vezes por ano, nos meses de março, junho, setembro e dezembro, e, extraordinariamente, sempre que convocada.

Parágrafo Único - A convocação das Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição elou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

SEÇÃO III – DOS VOTOS

Artigo 24º - Cada Município consorciado terá direito a 01 voto na Assembleia Geral

- § 1º - Não se admite o voto por procuração.
- § 2º - O voto será público e nominal, admitindo-se o voto secreto somente nos casos de:
- I - No julgamento em que se suscite a aplicação de penalidade a servidores do Consórcio ou a Município consorciado.
- II - O Presidente do Consórcio, salvo nas eleições, destituições e nas decisões que exijam quórum qualificado, votará apenas para desempatar.

SEÇÃO IV – DO QUÓRUM

Artigo 25º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e/ ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo Único - Qualquer Assembleia se instalará em primeira convocação com a maioria dos sócios e, em segunda convocação, com no mínimo 1/3 (um terço) dos sócios.

SEÇÃO V - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 26º - Compete à Assembleia Geral:

- I - Eleger a Diretoria Executiva e a Diretoria do Conselho Curador;
- II - Aprovar a proposta de programação anual da Instituição, submetida pela Diretoria Executiva;
- III - Apreciar o relatório anual do Conselho Curador;
- IV - Discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal;
- V - homologar o ingresso no Consórcio de Município que tenha ratificado o Protocolo de Intenções após dois anos de sua subscrição;
- VI - aplicar a pena de exclusão do Consórcio;
- VII - elaborar os estatutos do Consórcio e aprovar as suas alterações;
- VIII - eleger ou destituir o Presidente do Consórcio, para mandado de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente;
- IX - ratificar ou recusar a nomeação ou destituir os demais membros da Diretoria Executiva;
- X - aprovar:

- a - orçamento plurianual de investimentos;
- b - programa anual de trabalho;
- c - o orçamento anual do Consórcio, bem como respectivos créditos adicionais, inclusive a previsão de aportes a serem cobertos por recursos advindos de contrato de rateio;
- d - a realização de operações de crédito;
- e - a fixação, a revisão e o reajuste de tarifas e outros preços públicos;
- f - a alienação e a oneração de bens do Consórcio ou daqueles que, nos termos de contrato de programa, lhe tenham sido outorgados os direitos de exploração;
- XI - homologar as decisões do Conselho Fiscal;
- XII - aceitar a cessão de servidores por Município consorciado ou conveniado ao Consórcio;
- XIII - aprovar planos e regulamentos dos serviços públicos de saúde;
- XIV - aprovar a celebração de contratos de programa, os quais deverão ser submetidos a sua apreciação em no máximo cento e vinte dias, sob pena de perda da eficácia;
- XV - apreciar e sugerir medidas sobre:

- a - a melhoria dos serviços prestados pelo Consórcio;
 - b - o aperfeiçoamento das relações do Consórcio com órgãos públicos, entidades e empresas privadas.
- XVI - Homologar retificações propostas ao Contrato de Consórcio, com no mínimo dois terços dos votos (2/3), dos entes consorciados presentes na assembleia;

§ 1º - Somente será aceita a cessão de servidores com ônus para o Consórcio mediante decisão unânime da Assembleia Geral, presente pelo menos 1/3 (um terços) dos membros consorciados. Bem como o ônus seja do Município também deverá ser apreciado na mesma proporção;

§ 2º - As competências arroladas nesta cláusula não prejudicam que outras sejam reconhecidas pelos estatutos.

XVII - Outros assuntos julgados necessários.

SEÇÃO VI – DA ELEIÇÃO

Artigo 27º - O Presidente será eleito em Assembleia especialmente convocada, podendo ser apresentadas candidaturas nos primeiros trinta minutos que antecedem a reunião, sendo que poderão ser candidato apenas os Chefes do Poder Executivo de Município consorciado.

§ 1º - O Presidente poderá ser eleito mediante aclamação, não havendo acordo será eleito pelo voto secreto, e, havendo empate será realizado novo escrutínio, e persistindo o empate será realizado sorteio.

§ 2º - Será considerado eleito o candidato que obtiver o maior número de votos dos Municípios consorciados.

SEÇÃO VII - DANOMEAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 28º - Proclamado eleito candidato o Presidente, a ele será dada à palavra para que nomeie os demais membros da Diretoria Executiva os quais, obrigatoriamente, serão Chefes de Poder Executivo de Municípios consorciados, cargos estes de Vice-Presidente, Diretor de Patrimônio, Diretor Financeiro e Secretário do Conselho de Prefeitos.

§ 1º - Uma vez nomeados, o Presidente da Assembleia indagará, caso presente, se cada um dos indicados aceita a nomeação. Caso ausente, o Presidente eleito deverá comprovar o aceite por meio de documento subscrito pelo indicado.

§ 2º - Caso haja recusa de nomeado, será concedida a palavra para que o Presidente eleito apresente nova lista de nomeação.

§ 3º - Constituída a Diretoria Executiva será lido para que todos tomem conhecimento, devendo ser homologado pelos presentes.

SEÇÃO VIII - DA DESTITUIÇÃO DO PRESIDENTE E DE DIRETOR EXECUTIVO

Artigo 29º - Em qualquer Assembleia Geral poderá ser destituído o Presidente do Consórcio ou qualquer dos Diretores Executivos, bastando ser apresentada moção de censura com apoio de 2/3 de votos.

SEÇÃO IX - DAASSEMBLÉIA ESTATUINTE

Artigo 30º - Pelo menos 3/4 que tenham subscrito este instrumento convocarão Assembleia Geral para a elaboração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente documento. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);

Artigo 30 - Pelo menos 3/4 que tenham ratificado o Protocolo de Intenções convocarão Assembléia Geral para a elaboração dos estatutos do Consórcio, por meio de publicação e correspondência dirigida a todos os subscritores do presente documento.

§ 1º - Confirmado o quórum de instalação, a Assembleia Geral, por maioria simples, elegerá o Presidente e o Secretário da Assembleia e, ato contínuo, aprovará resolução que estabeleça:

§ 2º - O texto do projeto de estatutos que norteará os trabalhos, cujo será discutido pelos presentes e ao final aprovado após votação da maioria;

§ 3o - Os estatutos do Consórcio e suas alterações entrarão em vigor após publicação na imprensa local.

SEÇÃO X - DAS ATAS

Artigo 31º - Nas atas da Assembleia Geral serão registradas:

I - por meio de lista de presença, todos os Municípios representados na Assembleia Geral, indicando o nome do representante e o horário de seu comparecimento;

II - de forma resumida, todas as intervenções orais e, como anexo, todos os documentos que tenham sido entregues ou apresentados na reunião da Assembleia Geral;

III - a íntegra de cada uma das propostas votadas na Assembleia Geral e a indicação expressa e nominal de como cada representante nela votou, bem como a proclamação de resultados.

§ 1º - No caso de votação secreta, a expressa motivação do segredo e o resultado final da votação.

§ 2º - Somente se reconhecerá sigilo de documentos e declarações efetuadas na Assembleia Geral mediante decisão na qual se indique expressamente os motivos do sigilo. A decisão será tomada pela metade mais um dos votos dos presentes e a ata deverá conter indicação expressa e nominalmente os representantes que votaram a favor e contra o sigilo.

§ 3º - A ata será rubricada em todas as suas folhas, inclusive de anexos, por aquele que a lavrou e por quem presidiu o término dos trabalhos da Assembleia Geral.

DA SEÇÃO XI - DA PUBLICAÇÃO

Artigo 32º - Sob pena de ineficácia das decisões nela tomadas, a íntegra da ata da Assembleia Geral será, em até dez dias, publicada no Jornal de Circulação do Município sede.

§ 1º - Mediante requerimento justificando a finalidade a que se destina e o pagamento das despesas de reprodução, cópia autenticada da ata será fornecida para qualquer do povo.

§ 2º - desde que residente no município que integre o Consórcio, provado através do Título Eleitoral.

CAPÍTULO X

DA DIRETORIA EXECUTIVA

DA SEÇÃO I - DO NÚMERO DE MEMBROS

Artigo 33º - A Diretoria Executiva é composta pelos seguintes Membros: Presidente, Vice-Presidente, Diretor de Patrimônio, Diretor Financeiro e Secretário do Conselho de Prefeitos.

§ 1º - Nenhum dos Diretores perceberá remuneração ou qualquer espécie de verba indenizatória.

§ 2º - Somente poderão ocupar cargos na Diretoria chefes do Poder Executivo de Município consorciado.

§ 3º - O mandato do Presidente, o termo de nomeação dos Diretores e o procedimento para a respectiva posse serão fixados nos estatutos.

SEÇÃO II - DOS DIRETORES

Artigo 34º - Mediante proposta do Presidente do Consórcio, aprovada por metade mais um dos votos da Diretoria, poderá haver redesignação interna de cargos, com exceção do de Presidente.

SEÇÃO III - DAS DELIBERAÇÕES

Artigo 35º - A Diretoria deliberará de forma colegiada, exigida a maioria de votos. Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente.

Parágrafo Único – A Diretoria Executiva reunir-se-á mediante a convocação do Presidente.

SEÇÃO IV - DAS COMPETÊNCIAS

Artigo 36º - Além do previsto nos estatutos, compete à Diretoria Executiva:

- I – Promover os serviços de Pronto Socorro para atendimento de urgências e emergências – UPA.
- II - Organizar, fiscalizar e implantar serviços de transporte de usuários do Sistema Micro Regional de Saúde;
- III - Promover o planejamento integrado, com base epidemiológica;
- IV - Definir a política de investimento para a microrregião;
- V - Desenvolver uma política de recursos humanos, compatível com a qualidade micro-regional;
- VI - Prestar assistência técnica e administrativa aos municípios consorciados;
- VII - Desempenhar atividades de âmbito micro-regional;
- VIII - Assegurar a participação das comunidades envolvidas no processo decisório;
- IX - Implantar e manter serviços de abrangência micro-regional;
- X - Outros objetivos definidos pelo Conselho de Prefeitos.

XI - Autorizar a alienação dos bens do Consórcio, bem como seu oferecimento como garantia de operações de crédito;

XII - Aprovar a requisição de funcionários municipais para servirem ao consórcio;

XIII - Dar posse aos membros do Conselho Fiscal;

XIV - Deliberar sobre a exclusão de consorciados inadimplentes;

XV - Deliberar sobre mudança de sede;

XVI - Aprovar e modificar o Estatuto e Regimento Interno do Consórcio, bem como resolver e dispor sobre os casos omissos;

XVII - Deliberar sobre a extinção e dissolução da Instituição;

XVIII - Deliberar sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

XIX - Aprovar a inclusão de novos consorciados, na forma do artigo 5º, deste regimento;

XX - Deliberar sobre a dissolução;

XXI - Aprovar as contas, ouvindo o Conselho Curador;

XXII - Deliberar sobre a remuneração de seus funcionários;

XXIII - Indicar e nomear o Diretor Administrativo;

XXIV - Deliberar sobre a porcentagem (%) dos rateios de contribuição dos municípios consorciados;

XXV - Deliberar, em última instância sobre outros assuntos de interesse do consórcio.

XXVI - julgar recursos relativos à:

- a - homologação de inscrição e de resultados de concursos públicos;
- b - impugnação de edital de licitação, bem como os relativos à inabilitação, desclassificação e homologação e adjudicação de seu objeto;
- c - aplicação de penalidades a servidores do consórcio.

XXVII - autorizar que o Consórcio ingresse em juízo, reservado ao Presidente a incumbência de, ad referendum, tomar as medidas que reputar urgente;

XXVIII - autorizar a dispensa ou exoneração de empregados e de servidores temporários.

CAPÍTULO XI

SEÇÃO I - DO PRESIDENTE

SUBSEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA

Artigo 37º - Sem prejuízo do que preverem os estatutos do Consórcio incumbe ao Presidente:

I - Promover a articulação permanente entre os municípios consorciados;

II - Referendar a programação conjunta;

III - Representar a programação conjunta;

IV - Dar posse aos membros do Conselho Curador e ao Diretor Administrativo;

V - Homologar o resultado de seleção prévia para contratação de pessoal técnico pelo consórcio;

VI - Contratar pessoal técnico para o consórcio;

VII - Homologar as licitações realizadas pelo consórcio;

VIII - Movimentar os fundos de consórcio;

IX - Firmar convênio, contratos e acordos de interesse do Consórcio, mediante deliberação do Conselho de Prefeitos;

X - Encaminhar as prestações de contas;

XI - Presidir as reuniões do Conselho de Prefeitos;

XII - Delegar atribuições, ouvido o Conselho de Prefeitos;

XIII - Representar o Consórcio, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como substituir procuradores "ad negocia" e "ad judicia", podendo esta competência ser delegada, parcial ou totalmente ao Coordenador Executivo, mediante decisão do Conselho de Prefeitos.

XIV - ordenar as despesas do consórcio e responsabilizar-se pela sua prestação de contas;

XV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Contrato ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);

XV - zelar pelos interesses do Consórcio, exercendo todas as competências que não tenham sido outorgadas por este Protocolo ou pelos estatutos a outro órgão do Consórcio.

Artigo 38º - Compete ao Presidente, juntamente com o Secretário:

I - Contratar, enquadrar, remover, demitir e punir funcionários, bem como praticar todos os atos relativos ao pessoal administrativo, com a aprovação da Assembleia Geral;

II - Propor à Assembleia Geral a requisição de servidores municipais, para servirem ao Consórcio.

SEÇÃO II - DO VICE-PRESIDENTE

SUBSEÇÃO II – DA COMPETÊNCIA

Artigo 39º - Compete ao Vice Presidente:

I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;

II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu Término;

III - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

SEÇÃO III - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO

SUBSEÇÃO III – DA COMPETÊNCIA

Artigo 40º - Compete ao Secretário da Diretoria:

I - Secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral;

II - Autenticar livros de Atas e de Registro do Consórcio;

III - Redigir as Atas da Diretoria Executiva e da Assembléia Geral;

IV - Divulgar notícias das atividades do Consórcio;

V - Redigir os Relatórios, bem como desempenhar todas as atividades relativas à Secretaria.

SEÇÃO IV - DO DIRETOR FINANCEIRO

SUBSEÇÃO IV – DA COMPETÊNCIA

Artigo 41º - Compete ao Diretor Financeiro:

I - Elaborar o plano de atividades e as propostas orçamentárias anuais a serem submetidas à Assembléia Geral;

II - Elaborar balanço e o relatório de atividades anuais a serem submetidas à Assembléia Geral;

III - Elaborar a prestação de contas dos auxílios e subvenções concedidas ao Consórcio, para ser apresentada na Assembléia Geral ao órgão concessor;

IV - Publicar, anualmente, em um jornal de circulação no município sede, o balanço anual do consórcio;

V - Movimentar, em conjunto com o Presidente da Diretoria Executiva, ou quem, por este indicado, as contas bancárias e os recursos do consórcio;

VI - Autorizar compras, dentro dos limites do orçamento aprovado pela Assembléia Geral, e fornecimento que estejam de acordo com o Plano de Atividades, aprovado pela mesma Assembléia.

VII - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) o Diretor Financeiro deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas nas contas dos Municípios consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada Município na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos;

SEÇÃO V - DO DIRETOR DE PATRIMÔNIO

SUBSEÇÃO V – DA COMPETÊNCIA

Artigo 42º - Compete ao Diretor de Patrimônio:

I - Receber os bens permanentes e cadastrá-los, com placas e número de patrimônio;

II - Zelar pelos bens patrimoniais;

III - Manter sob controle o inventário patrimonial, devendo no primeiro trimestre de cada ano apresentar relatório a Assembléia Geral dos bens adquiridos.

SEÇÃO VI - DO CONSELHO CURADOR

Artigo 43º - O Conselho Curador será constituído pelos Secretários ou Coordenadores Municipais de Saúde dos Municípios consorciados.

Parágrafo Único - O Conselho Curador terá Presidente, Vice-Presidente e Secretário, eleitos dentre seus membros, pelo Conselho de Prefeitos, em escrutínio secreto, para mandado de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

SEÇÃO VII - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO CURADOR

Artigo 44º - Compete ao Conselho Curador:

I - Exercer o controle de gestão e de finalidade;

II - Emitir parecer sobre proposta de alteração dos Estatutos e deste Regimento;

III - Fiscalizar as contas do consórcio;
IV - Acompanhar as operações financeiras da entidade;
V - Convocar Assembleia Geral sempre que verificar irregularidades na escrituração contábil, nos atos de gestão financeira e patrimonial, assim como, inobservância das normas legais, estatutárias e regimentais;
VI - Propor, recomendar, orientar e acompanhar os assuntos gerais do consórcio;
VII - Aprovar o plano de trabalho e a proposta orçamentária anual, ambos elaborados pelo Diretor Administrativo e pelo Diretor Financeiro, de acordo com as diretrizes da Assembleia Geral realizadas;
VIII - Recomendar a política patrimonial e financeira e os programas de investimento do Consórcio;
IX - Recomendar sobre o quadro de pessoal e a remuneração de seus funcionários;
X - Aprovar e enviar para apreciação da Assembleia Geral o relatório anual das atividades do Consórcio, elaborado pelo Secretário Executivo.
Artigo 45º - O Conselho Curador reunir-se-á ordinariamente, por convocação de seu Presidente, na segunda semana do segundo mês de cada trimestre ou sempre que houver pauta para a deliberação e, extraordinariamente, quando convocado por, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros.
SEÇÃO VIII - COMPETE AO PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR
Artigo 46º - Compete ao Presidente do Conselho Curador:
I - Presidir as reuniões e o voto de qualidade, em caso de empate;
II - Definir as Pautas de Reunião visando pleno cumprimento das atribuições do Conselho Curador.
SEÇÃO IX - COMPETE AO VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO CURADOR
Artigo 47º - Compete ao Vice-Presidente do Conselho Curador:
I - Substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
II - Assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu Término;
III - Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.
SEÇÃO X - COMPETE AO SECRETÁRIO DO CONSELHO CURADOR
Artigo 48º - Compete ao Secretário do Conselho Curador:
I - Secretariar as reuniões do Conselho Curador;
II - Redigir as Atas do Conselho Curador;
III - Relatar os Pareceres, Propostas, Orientações e Inspeções realizadas pelo Conselho Curador e dirigi-las à apreciação da Assembleia Geral.
SEÇÃO XI - DA GERENCIAADMINISTRATIVA
Artigo 49º - A Gerência Administrativa será constituída por um Diretor Administrativo do Consórcio e pelo apoio técnico necessário, que pode ser contratado ou cedido pela Secretaria Estadual de Saúde, através de suas Regionais de Saúde e Órgãos afins:
§ 1º - O Diretor Administrativo do Consórcio será escolhido em Assembleia Geral, ouvido o Conselho Curador.
§ 2º - Tão logo seja escolhido o Diretor Administrativo, se cedido, será colocado pelo órgão de origem, à disposição do Consórcio, com a faculdade de receber Gratificação por Exercício de Função a título de complementação de salário, fixada em Assembleia Geral.
§ 3º - Caso o Diretor Administrativo não pertença ao Serviço Público, sua remuneração será fixada pelo Conselho de Prefeitos, junto à sua nomeação.
SEÇÃO XII - DA COMPETÊNCIA DO DIRETOR ADMINISTRATIVO
Artigo 50º - Compete ao Diretor Administrativo:
I - Coordenar a programação conjunta dos municípios consorciados;
II - Encaminhar proposições para deliberação do Conselho de Prefeitos;
III - Executar as decisões do Conselho de Prefeitos;
IV - Elaborar o relatório físico-financeiro;
V - Apresentar a escrituração contábil, balancetes e balanços da entidade;
VI - Publicar os atos, editais, enfim fazer cumprir o princípio da publicidade capitulado no artigo 37 da Constituição Federal, inclusive balanço anual da entidade;
VII - Prestar contas;
VIII - Autenticar os livros da entidade;
IX - Representar o Consórcio, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo firmar contratos ou convênios, bem como substituir procuradores "ad negocia" e "ad judicia", por delegação total ou parcial desta competência do Presidente do Conselho de Prefeitos, mediante decisão do Conselho de Prefeitos;
X - Movimentar, em conjunto com o Diretor Financeiro, as contas bancárias e os recursos do Consórcio, por delegação total ou parcial; do Presidente do Conselho de Prefeitos, com autorização do Conselho de Prefeitos;
XI - Promover a execução das atividades do Consórcio e propor a estruturação das atividades de seus serviços;
XII - Propor o quadro pessoal e a respectiva remuneração, a serem submetidas à aprovação do Conselho de Prefeitos;
XIII - Apresentar ao Presidente da Assembleia Geral, no primeiro trimestre de cada ano, as contas do exercício anterior, prestadas pelo Diretor Financeiro e analisadas pelo Conselho Fiscal;
XIV - Prestar contas ao órgão público concessor dos auxílios e subvenções que venha a receber;
XV – Homologar e adjudicar licitação.
CAPÍTULO XII
DO CONSELHO FISCAL
Artigo 51º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador e de controle social, constituído por 01 (um) representante, indicado pelo Prefeito de cada município.
§ 1º - O Conselho Fiscal será presidido por um de seus membros, eleito em escrutínio secreto para o mandato de 02 (dois) anos, após a apreciação das contas do ano anterior permitida à recondução.
§ 2º - Na mesma ocasião e condições do parágrafo anterior, serão escolhidos o vice-presidente e o Secretário do Conselho Fiscal.
§ 3º - Os membros do Conselho Fiscal, indicados pelos respectivos prefeitos poderão ser mantidos ou renovados anualmente.
§ 4º - Os membros do Conselho Fiscal somente poderão ser afastados de seus cargos mediante moção de censura aprovada por 2/3 (dois terços) de votos da Assembleia Geral, exigida a presença de 3/5 de entes consorciados.
Artigo 52º - Além do previsto nos estatutos, compete ao Conselho Fiscal exercer o controle da legalidade, legitimidade e economicidade da atividade patrimonial e financeira do Consórcio, com o auxílio, no que couber, do Tribunal de Contas.
Parágrafo Único - O disposto no caput deste parágrafo não prejudica o controle externo a cargo do Poder Legislativo de cada Município consorciado, no que se refere aos recursos que cada um deles efetivamente entregou ou compromissou ao Consórcio.
SEÇÃO I - DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL
Artigo 53º - Compete ao Conselho Fiscal:
I - Fiscalizar permanentemente a contabilidade do Consórcio;
II - Acompanhar e fiscalizar sempre que considerar oportuno e conveniente, quaisquer operações econômicas ou financeiras da entidade;
III - Exercer controle de gestão e de finalidade do Consórcio;
IV - Emitir parecer sobre o plano de atividade, proposta orçamentária, balanços e relatórios de contas em geral, a serem submetidos à Assembleia Geral pelo Diretor Financeiro;
V - Emitir parecer sobre a proposta de alteração do presente Estatuto;

VI - Eleger seu Presidente, Vice-presidente e Secretário;
VII - Assegurar o controle social;
VIII - Veicular as propostas e reivindicações da sociedade civil.
TÍTULO V
DA GESTÃO ADMINISTRATIVA
CAPÍTULO XIII
DOS AGENTES PÚBLICOS
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS
SUBSEÇÃO I - DO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES REMUNERADAS
Artigo 54º - Somente poderão prestar serviços remunerados ao Consórcio os contratados para ocupar os empregos públicos previstos em cláusula do presente documento.
§ 1º - A atividade da Presidência do Consórcio, dos demais cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Curador e de outros órgãos diretivos que sejam criados pelos estatutos, bem como a participação dos representantes dos Municípios consorciados na Assembleia Geral e em outras atividades do Consórcio não será remunerada, sendo considerado trabalho público relevante.
§ 2º - O Diretor Administrativo, cargo "ad nutum" não se enquadra no parágrafo anterior, vez que é exercido por pessoas que não faz parte do Conselho de Prefeitos.
§ 3º - O Presidente e demais Diretores, os membros do Conselho Fiscal e Conselho Curador bem como os que integrem outros órgãos do Consórcio não serão remunerados e não poderão receber qualquer quantia do Consórcio, inclusive a título indenizatório ou de compensação.
SEÇÃO II - DOS EMPREGOS PÚBLICOS
SUBSEÇÃO II – DO REGIME JURÍDICO
Artigo 55º - Os empregados do Consórcio são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ce CLT.
§ 1º - O regulamento deliberrará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio Público, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos constante do quadro de pessoal em anexo; (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);
§ 1º - O regulamento deliberrará sobre a estrutura administrativa do Consórcio, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, especialmente a descrição das funções, lotação, jornada de trabalho e denominação de seus empregos públicos constante do quadro de pessoal em anexo;
§ 2º - A dispensa de empregados públicos dependerá de autorização da Diretoria Executiva.
§ 3º - Os empregados do Consorcio não poderão ser cedidos para nenhuma entidade ou organização, inclusive para nenhum dos Entes consorciados.
SEÇÃO III - DO QUADRO DE PESSOAL
Artigo 56º – Os cargos criados através da Resolução em anexo passarão a integrar o quadro de pessoal deste Consórcio;
Artigo 57º - O quadro de pessoal do Consórcio será composto por empregados públicos, na conformidade da Resolução em anexo deste Contrato de Consórcio Público. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2022);
Artigo 57º - O quadro de pessoal do Consórcio será composto por empregados públicos, na conformidade da Resolução em anexo deste Contrato de Consórcio Público. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);
Artigo 57 - O quadro de pessoal do Consórcio será composto por empregados públicos, na conformidade da Resolução em anexo deste Protocolo de Intenções.
§ 1º - Com exceção do emprego público descritos no Anexo II da Resolução anexa a este Contrato de Consórcio Público – Cargos Administrativos de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);
§ 1º - Com exceção do emprego público descritos no Anexo II da Resolução anexa a este protocolo de intenções – Cargos Administrativos de livre provimento em comissão, os demais empregos do Consórcio serão providos mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.
§ 2º - A remuneração dos empregos públicos é a definida na Resolução em Anexo a este Contrato de Consórcio Público. Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio a Diretoria Executiva poderá conceder revisão anual de remuneração. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);
§ 2º - A remuneração dos empregos públicos é a definida na Resolução em Anexo a este Protocolo de Intenções. Até o limite fixado no orçamento anual do Consórcio a Diretoria Executiva poderá conceder revisão anual de remuneração.
Artigo 58º - Poderão ser agregados ao quadro de pessoal do Consórcio funcionários cedidos, dos órgãos públicos da administração direta e indireta dos Municípios consorciados, com ônus à origem, casos estes, devidamente analisados e homologados pela Diretoria Executiva do Consórcio.
PARÁGRAFO ÚNICO - O pagamento de adicionais ou gratificações na forma prevista no item anterior, não configura vínculo novo do servidor cedido, inclusive para a apuração de responsabilidade trabalhista ou previdenciária.
Artigo 59º – O regulamento aprovado pela Assembleia Geral deliberrará sobre a estrutura administrativa do Consórcio e Plano de Empregos e Salários, obedecido ao disposto neste Contrato de Consórcio Público, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar, denominação de seus empregos públicos e avaliação de desempenho. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017);
Artigo 59 – O regulamento aprovado pela Assembleia Geral deliberrará sobre a estrutura administrativa do Consórcio e Plano de Empregos e Salários, obedecido ao disposto neste Protocolo de Intenções, tratando especialmente da descrição das funções, progressões, lotação, jornada de trabalho, regime disciplinar, denominação de seus empregos públicos e avaliação de desempenho.
SEÇÃO IV - DO CONCURSO PÚBLICO
Artigo 60º - Os editais de concurso público deverão ser subscritos pelo Presidente que poderá outorgar poderes para tal fim ao Diretor Administrativo.
Parágrafo Único - O edital, bem como o certame em sua íntegra, será realizado com as exigências contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas atualizações.
SEÇÃO V – DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Artigo 61º - Somente admitir-se-á contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público na hipótese de preenchimento de emprego público vago, até o seu provimento efetivo por meio de concurso público.
Parágrafo Único - Os contratados temporariamente exercerão as funções do emprego público vago e perceberão a remuneração para ele prevista.
SEÇÃO IV – DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
Artigo 62º - As contratações temporárias serão automaticamente extintas quando do preenchimento do cargo efetivo realizado através de concurso público.
§ 1º - As contratações através de processo seletivo (simplificado) terão prazo de validade de até dois anos, renováveis por igual período.
§ 2º - Não se admitirá prorrogação quando houver resultado definitivo de concurso público destinado a prover o emprego público.

TÍTULO VI
DA GESTÃO ECONOMICA E FINANCEIRA
CAPÍTULO XIV
DISPOSIÇÕES GERAIS
SEÇÃO I - DO REGIME DAATIVIDADE FINANCEIRA
Artigo 63º - A execução das receitas e das despesas do Consórcio obedecerá às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
SEÇÃO II - Da relação financeira entre consorciados e o consórcio
Artigo 64º - Os Municípios consorciados somente entregarão recursos ao Consórcio quando:
I - tenham contratado o consórcio para a prestação de serviços.
II - houver contrato de rateio.
Parágrafo Único - Os Municípios consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do Consórcio.
Artigo 65º - Poderá ser excluído do consórcio público, após prévia suspensão, o Município que não consignar em sua Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio do contrato de rateio.
SEÇÃO III - DA FISCALIZAÇÃO
Artigo 66º - O Consórcio estará sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada consorciado vier a celebrar com o Consórcio.
CAPÍTULO XV
DA CONTABILIDADE
Artigo 67º - A execução das receitas e despesas do consórcio público deverá obedecer às normas de direito financeiro aplicáveis às entidades públicas.
Artigo 68º - No que se refere à gestão associada, a contabilidade do Consórcio deverá permitir que se reconheça a gestão econômica e financeira de cada serviço em relação a cada um seus titulares.
Parágrafo Único - Anualmente deverá ser apresentado demonstrativo que indique:
I - o investido e arrecadado, inclusive os valores de eventuais subsídios cruzados;
II - a situação patrimonial, especialmente quais bens que cada Município adquiriu isoladamente ou em condomínio para a prestação dos serviços de sua titularidade e a parcela de valor destes bens que foi amortizada pelas receitas emergentes da prestação de serviços.
CAPÍTULO XVI
SEÇÃO I - DOS CONVÊNIOS
Artigo 69º - Com o objetivo de receber transferência de recursos, o Consórcio fica autorizado a celebrar convênios com entidades governamentais ou privadas, nacionais ou estrangeiras.
Parágrafo Único - O Consórcio fica autorizado a, em nome dos Municípios consorciados, elaborar estudos e projetos que visem à captação de recursos junto às entidades citadas no caput para aplicação na saúde pública.
Artigo 70º – O consórcio poderá firmar convênios e ou termo de parcerias com entidades públicas ou privadas visando repassar recursos a títulos de auxílio, subvenções, desde que aprovado em Assembleia Geral.
SEÇÃO II - DA INTERVENIÊNCIA
Artigo 71º - Fica o Consórcio autorizado a comparecer como interveniente em convênios celebrados por Municípios consorciados e terceiros, a fim de receber ou aplicar recursos.
TÍTULO VII
DA ALTERAÇÃO E DA EXTINÇÃO
DO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO
SEÇÃO I – DA EXTINÇÃO
Artigo 72º - A extinção de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes consorciados.
§ 1º - Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os Municípios consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantidos o direito de regresso em face dos Municípios beneficiados ou dos que deram causa à obrigação.
§ 3º - Com a extinção, o pessoal cedido ao consórcio público retornará aos seus órgãos de origem.
§ 4º - A alteração do contrato de consórcio público observará o mesmo procedimento previsto no caput.
§ 5º - Os encargos provenientes das obrigações trabalhistas legais contidas na CLT, oriundas da exoneração dos empregados públicos concursados do consórcio, em virtude da extinção do mesmo, serão solidariamente compartilhados por todos os Municípios consorciados.
Parágrafo Único - Havendo manifestação de interesse poderão os empregados públicos concursados do consórcio, serem transferidos com ônus pleno ao destino, ao Município consorciado que esboçar interesse, somente, na hipótese de extinção do Consórcio Público, respeitando-se as disposições da legislação vigente de cada Município consorciado.
TÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
SEÇÃO I - DO REGIME JURÍDICO
Artigo 73º - O Consórcio será regido pelo disposto na Lei nº. 11.107, de 06 de abril de 2005; regulamentada pelo decreto nº. 6.017 de 17 de janeiro de 2007 que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências, pelo Contrato de Consórcio Público originado pela ratificação do Presente Protocolo de Intenções e pelas leis de ratificações, as quais se aplicam somente aos Municípios que as emanaram.
SEÇÃO II - DA EXIGIBILIDADE
Artigo 74º - Quando adimplente com suas obrigações, qualquer Município consorciado é parte legítima para exigir o pleno cumprimento das cláusulas previstas neste Contrato.
TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS
SEÇÃO III - DA CORREÇÃO
Artigo 75º - A Diretoria Executiva, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Contrato. (redação dada pela alteração contratual nº. 01/2017).
Artigo 75 - A Diretoria Executiva, mediante aplicação de índices oficiais, poderá corrigir monetariamente os valores previstos neste Protocolo.
TÍTULO X
DO FORO
Artigo 76º - Para dirimir eventuais controvérsias deste Contrato de Consórcio Público que originar, fica eleito o foro do Município de Jales - SP.

Jales-SP, 16 de agosto de 2022.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE PREFEITOS
Luís Henrique dos Santos Moreira

MUNICÍPIO DE APARECIDA D' OESTE
Izaías Aparecido Sanchez

MUNICÍPIO DE ASPÁSIA
Ivan de Paula

MUNICÍPIO DE DIRCE REIS
Roberto Carlos Visoná

MUNICÍPIO DE DOLCINÓPOLIS
Américo Ribeiro do Nascimento

MUNICÍPIO DE JALES
Luís Henrique dos Santos Moreira

MUNICÍPIO DE MARINÓPOLIS
Evaldo Ribeiro

MUNICÍPIO DE MESÓPOLIS
José Carlos da Silva

MUNICÍPIO DE PALMEIRAD’OESTE
Reinaldo Savazi

MUNICÍPIO DE PARANAPUÃ
Daniel Junior Duran Pinatto

MUNICÍPIO DE PONTALINDA
Sisínio de Oliveira Leão

MUNICÍPIO DE SANTAALBERTINA
Gerson Formigoni Junior

MUNICÍPIO DE SANTANA DA PONTE PENSE
Vagner Hernandes

MUNICÍPIO DE SANTA SALETE
Jeder Fabiano Santiago Souza

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO
Sebastião de Oliveira Baptista

MUNICÍPIO DE URAMIA
Marcio Arjol Domingues

MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL
Paulo Henrique Miotto
RESOLUÇÃO Nº. 05/2022

PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DO QUADRO DE PESSOAL DO CONSIRJ
"DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E VENCIMENTOS DO QUADRO DE PESSOAL DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DE JALES – CONSIRJ". O PRESIDENTE DO CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIÃO DE JALES - CONSIRJ: faz saber que o Conselho de Prefeitos aprovou em 16 de agosto de 2022, após apreciação do Poder Legislativo de cada Ente Consorciado ter convalidado, resultando em Leis cujas arquivadas em pasta própria neste Consorcio o seguinte:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º. - Fica consolidada a seguinte Resolução deste Consórcio:

I. - 01/2022 de 24/04/2022;

Artigo 2º. - Fica instituído o Plano de Cargos e Vencimentos do Quadro de Pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales, doravante denominado CONSIRJ, em conformidade com o artigo 2º do Decreto Lei n. 5.452 de 01 de maio de 1.943, que atribui à condição de empregador, nos termos desta Resolução.

Artigo 3º. - O Quadro de Pessoal é constituído por todos os servidores do CONSIRJ, e cujo regime é o da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Artigo 4º. - A composição e forma de vencimento dos servidores do Quadro de Pessoal do CONSIRJ, passam a serem as constantes da presente Resolução.

Artigo 5º. - Para efeito desta Resolução, considera-se:

I.- Cargo ou emprego é a posição instituída na organização administrativa funcional do CONSIRJ, criados pela presente Resolução, em número certo e com denominação própria, necessário ao desempenho das atribuições do serviço, ao qual corresponde o vencimento.

II.- Empregado é a pessoa legalmente investida no emprego e regido pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), pelo Estatuto Constitucional e pelo Regimento Interno do CONSIRJ.

III.- Servidor é a pessoa ocupante de um cargo ou emprego, independente da natureza de seu vínculo empregatício, sendo cedido por Órgãos Públicos afins, para prestar serviços ao CONSIRJ.

IV.- Vencimento é a retribuição pecuniária mensal paga ao empregado pelo exercício do cargo ou emprego, correspondente ao padrão citado no quadro de pessoal e da grade salarial criada na presente Resolução; ANEXO I.

V.- Remuneração é o valor do vencimento acrescido das vantagens pecuniárias, percebida pelo empregado; ANEXO I.

VI.- Referência é o indicativo da posição do cargo ou emprego na escala de vencimentos, representada por algarismo arábicos da grade de salários criada na presente Resolução; ANEXO I.

VII.- Grau é o desdobramento da referência, indicado pelas letras "A a L" da grade de salários criada na presente Resolução; ANEXO I.

VIII.- Padrão é o símbolo indicativo do valor do vencimento pago ao empregado, formado pela combinação da referência com o grau estabelecidos na grade salarial criada na presente Resolução; ANEXO I.

CAPÍTULO II

DO QUADRO DE PESSOAL

Artigo 6º. - O Quadro de Pessoal do CONSIRJ, é constituído de Cargos, com Provimento em Comissão, e de Empregos, com Provimento através de Concurso ou Processo Seletivo, com os respectivos vencimentos indicados respectivamente nos ANEXOS I, II, III e IV, que integram a presente Resolução:

I. - PARTE FIXA: ANEXO II – CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

A.1 - DIRETOR ADMINISTRATIVO: será indicado pelo Presidente do Conselho de Prefeitos, homologado pelo

Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II.

A.2 - Quando o Cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

A.3 - Quando o Cargo de DIRETOR ADMINISTRATIVO for ocupado por um servidor já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

B.1 – DIRETOR DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS - será indicado pela Assembleia Geral, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II; (redação dada pela alteração contratual – Resolução nº. 01/2017).

B.2 - Quando o cargo de DIRETOR DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III; (redação dada pela alteração contratual – Resolução nº. 01/2017).

B.3 – Quando o cargo de DIRETOR DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS for ocupado por um empregado público do CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III. (redação dada pela alteração contratual – Resolução nº. 01/2017).

C.1 - DIRETOR TÉCNICO MÉDICO – será indicado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II.

C.2 - Quando o Cargo de DIRETOR TÉCNICO MÉDICO for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

C.3 - Quando o Cargo de DIRETOR TECNICO MÉDICO for ocupado por um servidor já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

D.1 - DIRETOR CLÍNICO MÉDICO - será indicado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II

D.2 - Quando o Cargo de DIRETOR CLÍNICO MÉDICO for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

D.3 - Quando o Cargo de DIRETOR CLÍNICO MÉDICO for ocupado por um servidor já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

E.1 – COORDENADOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO - atendendo a requisições operacionais, indicados pelo Gerente Administrativo do CONSIRJ, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ, perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II;

E.2 - Quando o cargo de COORDENADOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

E.3 - Quando o cargo de COORDENADOR TÉCNICO DE DEPARTAMENTO for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

F.1 – COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS – será indicado pelo conselho de prefeitos ouvido o conselho curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ, perceberá os vencimentos estabelecidos pelo anexo II; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 02/2015).

F.2 – quando o cargo de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no anexo III; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 02/2015).

F.3 - quando o cargo de COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no anexo III; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 02/2015).

G.1 - COORDENADOR DO SAMU - será indicado pelo Diretor Administrativo, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II;

G.2 - Quando o cargo de COORDENADOR DO SAMU for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

G.3 - Quando o cargo de COORDENADOR DO SAMU for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

H.1 – COORDENADOR DE CAPS - será indicado pelo Presidente do CONSIRJ, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 01/2014).

H.2 - Quando o cargo de COORDENADOR DE CAPS for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 01/2014).

H.3 - Quando o cargo de COORDENADOR DE CAPS for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 01/2014).

I.1 – COORDENADOR DE AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL - será indicado pelo Presidente do CONSIRJ, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 01/2022).

I.2 - Quando o cargo de COORDENADOR DE AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 01/2022).

I.3 - Quando o cargo de COORDENADOR DE AMBULATÓRIO DE SAÚDE MENTAL for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III; (redação dada pela alteração contratual - Resolução nº. 01/2022).

J.1 – GERENTE DE COMPRAS - será indicado pelo Diretor Administrativo, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II;

J.2 - Quando o cargo de GERENTE DE COMPRAS for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

J.3 - Quando o cargo de GERENTE E COMPRAS for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

K.1 – GERENTE FINANCEIRO - será indicado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II;

K.2 - Quando o cargo de GERENTE FINANCEIRO for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação

o estabelecido no Anexo III;

K.3 - Quando o cargo de GERENTE FINANCEIRO for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

L.1 – SUPERVISOR DE COMPRAS E ABASTECIMENTO - será indicado pela Assembleia Geral, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II; (redação dada pela alteração contratual – Resolução nº. 01/2017);

L.2 - Quando o cargo de SUPERVISOR DE COMPRAS E ABASTECIMENTO for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III; (redação dada pela alteração contratual – Resolução nº. 01/2017);

L.3 – Quando o cargo de SUPERVISOR DE COMPRAS E ABASTECIMENTO for ocupado por um empregado público do CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III. (redação dada pela alteração contratual – Resolução nº. 01/2017).

M.1 – ASSESSOR TÉCNICO - atendendo a requisições operacionais, indicados pelo Diretor Administrativo, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II.

M.2 - Quando o Cargo de ASSESSOR TÉCNICO for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

M.3 - Quando o Cargo de ASSESSOR TÉCNICO for ocupado por um servidor já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

N.1 - CHEFIAS TÉCNICAS DE SETORES - atendendo a requisições operacionais, indicados pelo Diretor Administrativo do CONSIRJ, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ, perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II.

N.2 - Quando o cargo de CHEFIAS TÉCNICAS DE SETORES for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

N.3 - Quando o cargo de CHEFIAS TÉCNICAS DE SETORES for ocupado por um servidor já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

O.1 - RESPONSÁVEL TÉCNICO DO SAMU - será indicado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II;

O.2 - Quando o cargo de RESPONSÁVEL TÉCNICO DO SAMU for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

O.3 - Quando o cargo de RESPONSÁVEL TÉCNICO DO SAMU for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

P.1 – RESPONSÁVEL TÉCNICO DE ENFERMAGEM – atendendo a requisições operacionais, indicados pelo Diretor Administrativo do CONSIRJ, homologado pelo Conselho de Prefeitos, ouvido o Conselho Curador, sendo pertencente ao Quadro de Pessoal do CONSIRJ, perceberá os vencimentos estabelecidos pelo Anexo II;

P.2 - Quando o cargo de RESPONSÁVEL TÉCNICO DE ENFERMAGEM for ocupado por um servidor cedido por outro órgão público, seja ele, Federal, Estadual ou Municipal, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

P.3 - Quando o cargo de RESPONSÁVEL TÉCNICO DE ENFERMAGEM for ocupado por um funcionário já contratado pelo CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, receberá a título de gratificação o estabelecido no Anexo III;

II. - PARTE FIXA: ANEXO IV CARGOS PERMANENTES

Artigo 7º. - Emprego permanente, preenchido através de Processo Seletivo ou Concurso Público, autorizado pelo Conselho de Prefeitos, realizado e avaliado na forma das Disposições Constitucionais por Comissão Especial, nomeada pelo Diretor Administrativo, para ocupar os empregos constantes do Quadro de Pessoal criados pela presente Resolução, especificando número de vagas, jornadas e requisitos, bem como, a classificação de seus vencimentos de acordo com o ANEXO IV.

Parágrafo único: Os empregos constantes no ANEXO IV deverão ser preenchidos com profissionais devidamente Registrados e quites com seus Órgãos de Classe, quando exigido para o exercício profissional.

CAPÍTULO III

DA JORNADA DE TRABALHO

Artigo 8º. - A jornada de trabalho não poderá exceder a 40 (quarenta) horas semanais.

Artigo 9º. - A hora extraordinária de trabalho só será cumprida quando previamente autorizadas pelo Diretor Administrativo ou Chefe Imediata.

Artigo 10º. - As jornadas de trabalho dos empregos permanentes serão realizadas conforme carga horária estabelecida no Anexo IV.

CAPÍTULO IV

DAS DEMAIS VANTAGENS E DISPOSIÇÕES

Artigo 11º. - Para efeito do pagamento do Adicional de Insalubridade, adicional noturno ou do Adicional de Periculosidade, serão consideradas as atividades previstas na legislação vigente, após avaliação por profissional competente.

Artigo 12º. - Todo empregado que respeitado os interesses da administração, desejem ampliar ou reduzir sua jornada de trabalho, terão sua remuneração acrescida ou reduzida proporcionalmente, homologado pelo órgão de classe.

Artigo 13º. - O Servidor Público Municipal, Estadual ou Federal, prestando serviços no CONSIRJ, sem prejuízo de seus vencimentos, poderão receber a título de gratificação o estabelecido no Anexo III.

Artigo 14º. - Todo o empregado permanente, investido em cargos de comissão receberá a título de remuneração o valor de seus vencimentos acrescido das gratificações do anexo III, referente ao cargo Administrativo em comissão ocupado.

Artigo 15º. - As ausências, vantagens e obrigações concedidas aos servidores do CONSIRJ, serão estabelecidas por Portarias, Ordem de Serviços e Resoluções, e os regulamentos dos Contratos de Trabalho somente serão aqueles estabelecidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 16º. - O Diretor Administrativo, após ouvido o Conselho Curador, e homologado pelo Conselho de Prefeitos, poderá contratar por prazo determinado, Empresas Jurídicas Prestadoras de Serviços, para implantação e manutenção das atividades previstas pelas atribuições estatutárias da Instituição, através dos regulamentos da Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores.

Artigo 17º. - O Diretor Administrativo nomeará Comissão de Elaboração de Regimento Interno do CONSIRJ, para complementar o Regulamento de Atribuições de Pessoal e Atividades do CONSIRJ.

Artigo 18º. - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua Homologação, pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales – CONSIRJ, revogadas as disposições em contrário.

Jales-SP, 16 de agosto de 2022

PRESIDENTE DO CONSELHO DE PREFEITOS

Luís Henrique dos Santos Moreira

MUNICÍPIO DE APARECIDA D'OESTE
Izaías Aparecido Sanchez

MUNICIPIO DE ASPÁSIA
Ivan de Paula

MUNICÍPIO DE DIRCE REIS
Roberto Carlos Visoná

MUNICÍPIO DE DOLCINÓPOLIS
Américo Ribeiro do Nascimento

MUNICÍPIO DE JALES
Luís Henrique dos Santos Moreira

MUNICÍPIO DE MARINÓPOLIS
Evaldo Ribeiro

MUNICÍPIO DE MESÓPOLIS
José Carlos da Silva

MUNICIPIO DE PALMEIRA D'OESTE
Reinaldo Savazi

MUNICÍPIO DE PARANAPUÃ
Daniel Junior Duran Pinatto

MUNICÍPIO DE PONTALINDA
Sisínio de Oliveira Leão

MUNICÍPIO DE SANTAALBERTINA
Gerson Formigoni Junior

MUNICÍPIO DE SANTANA DA PONTE PENSE
Vagner Hernandes

MUNICÍPIO DE SANTA SALETE
Jeder Fabiano Santiago Souza

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO
Sebastião de Oliveira Baptista

MUNICÍPIO DE URANIA
Marcio Arjol Domingues

MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL
Paulo Henrique Miotto

ANEXO I GRADE SALARIAL												
REF/GRAU	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
1	1.600,00	1.680,00	1.764,00	1.852,20	1.944,81	2.042,05	2.144,15	2.251,36	2.363,93	2.482,13	2.606,23	2.736,54
2	1.800,00	1.890,00	1.984,50	2.083,73	2.187,91	2.297,31	2.412,17	2.532,78	2.659,42	2.792,39	2.932,01	3.078,61
3	2.000,00	2.100,00	2.205,00	2.315,25	2.431,01	2.552,56	2.680,19	2.814,20	2.954,91	3.102,66	3.257,79	3.420,68
4	2.200,00	2.310,00	2.425,50	2.546,76	2.674,11	2.807,82	2.948,31	3.095,62	3.250,40	3.412,92	3.583,57	3.762,75
5	2.500,00	2.625,00	2.756,25	2.894,06	3.038,77	3.190,70	3.350,24	3.517,75	3.693,64	3.878,32	4.072,24	4.275,85
6	2.800,00	2.940,00	3.087,00	3.241,35	3.403,42	3.573,59	3.752,27	3.939,88	4.136,88	4.343,72	4.560,90	4.788,95
7	3.100,00	3.255,00	3.417,75	3.588,64	3.768,07	3.956,47	4.154,30	4.362,01	4.580,11	4.809,12	5.049,57	5.302,05
8	3.300,00	3.465,00	3.638,25	3.820,16	4.011,17	4.211,73	4.422,32	4.643,43	4.875,60	5.119,38	5.375,35	5.644,12
9	3.800,00	3.990,00	4.189,50	4.398,08	4.618,92	4.849,87	5.092,36	5.346,98	5.614,33	5.895,05	6.189,80	6.499,29
10	4.500,00	4.725,00	4.961,25	5.209,31	5.469,78	5.743,27	6.030,43	6.331,95	6.648,55	6.980,98	7.330,03	7.696,53
11	5.500,00	5.775,00	6.063,75	6.366,94	6.685,28	7.019,55	7.370,53	7.739,05	8.126,00	8.532,31	8.958,92	9.406,87
12	6.500,00	6.825,00	7.166,25	7.524,56	7.900,79	8.295,83	8.710,62	9.146,15	9.603,46	10.083,63	10.587,82	11.117,21
13	7.500,00	7.875,00	8.268,75	8.682,19	9.116,30	9.572,11	10.050,72	10.553,25	11.080,92	11.634,96	12.216,71	12.827,55
14	8.500,00	8.925,00	9.371,25	9.839,81	10.331,80	10.848,39	11.390,81	11.960,35	12.558,37	13.186,29	13.845,60	14.537,88
15	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25	12.155,06	12.762,82	13.400,96	14.071,00	14.774,55	15.513,28	16.288,95	17.103,39
16	11.000,00	11.550,00	12.127,50	12.733,88	13.370,57	14.039,10	14.741,05	15.478,10	16.252,01	17.064,61	17.917,84	18.813,73

CARGA HORARIA PROPORCIONAL				
REF/GRAU	40 HORAS SEMANAL	30 HORAS SEMANAL	20 HORAS SEMANAL	10 HORAS SEMANAL
1/A	1.600,00	1.200,00	800,00	400,00
2/A	1.800,00	1.350,00	900,00	450,00
3/A	2.000,00	1.500,00	1.000,00	450,00
4/A	2.200,00	1.650,00	1.100,00	550,00
5/A	2.500,00	1.875,00	1.250,00	625,00
6/A	2.800,00	2.100,00	1.400,00	700,00
7/A	3.100,00	2.325,00	1.550,00	775,00
8/A	3.300,00	2.475,00	1.650,00	825,00
9/A	3.800,00	2.850,00	1.900,00	950,00
10/A	4.500,00	3.375,00	2.250,00	1.125,00
11/A	5.500,00	4.125,00	2.750,00	1.375,00
12/A	6.500,00	4.875,00	3.250,00	1.625,00
13/A	7.500,00	5.625,00	3.750,00	1.875,00
14/A	8.500,00	6.375,00	4.250,00	2.125,00
15/A	10.000,00	7.500,00	5.000,00	2.500,00
16/A	11.000,00	8.250,00	5.500,00	2.750,00

ANEXO II
PARTE FIXA – CARGOS ADMINISTRATIVOS EM COMISSÃO

VAGAS	DENOMINAÇÃO DO CARGO	CH	REF	GRAU	REQUISITOS
01	Diretor Administrativo	30	16	A	Ensino Superior Completo
01	Diretor de Planejamento e Finanças	40	15	A	Ensino Superior Completo em Ciências Contábeis + Registro no Conselho de Classe CRC
02	Diretor Técnico Médico	20	11	A	Médico Responsável pelas atividades Técnicas dos Serviços de Saúde.
01	Diretor Clínico Médico	20	11	A	Médico Responsável pelas atividades Clínicas dos Serviços de Saúde.
01	Coordenador Técnico de Departamento	40	11	A	Ensino Superior Completo ou pessoal oriundo da área de saúde comprovados na atividade.
01	Coordenador de Recursos Humanos	40	11	A	Ensino Superior Completo
01	Coordenador do SAMU 192	40	11	A	Profissional oriundo da área de saúde e conhecimentos comprovados na atividade de atendimento pré-hospitalar às urgências e gerenciamento de serviços e sistemas.
06	Coordenador de CAPS 1	40	11	A	Ensino Superior Completo
01	Coordenador de Ambulatório de Saúde Mental	40	11	A	Ensino Superior Completo
01	Gerente de Compras	40	10	A	Ensino Médio Completo
01	Supervisor de Compras e Abastecimento	40	7	A	Ensino Médio Completo
01	Assessor Técnico	40	7	A	Ensino Médio Completo
10	Chefia Técnica	40	6	A	Experiência na área requisitada
03	Responsável Técnico de Enfermagem	10	3	A	Enfermeiro Responsável pelas atividades de enfermagem

ANEXO III
GRATIFICAÇÕES – CARGOS ADMINISTRATIVOS EM COMISSÃO

CARGO	REF.	GRAU	GRATIFICAÇÃO
Diretor Administrativo	11	A	5.500,00
Diretor de Planejamento e Finanças	10	A	4.500,00
Diretor Técnico Médico	9	A	3.800,00
Diretor Clínico Médico	9	A	3.800,00
Coordenador Técnico de Departamento	9	A	3.800,00
Coordenador de Recursos Humanos	9	A	3.800,00
Coordenador do SAMU	9	A	3.800,00
Coordenador do CAPS 1	9	A	3.800,00
Gerente de Compras	5	A	2.500,00
Supervisor de Compras Abastecimento	4	A	2.200,00
Assessor Técnico	4	A	2.200,00
Responsável Técnico de Enfermagem	3	A	2.000,00
Chefia Técnica	1	A	1.600,00

ANEXO IV
PARTE FIXA – CARGOS PERMANENTES

VAGAS	DENOMINAÇÃO DO EMPREGO	CH	REF	GRAU	REQUISITOS
05	Almoxarife	40	4	A	Ensino Médio Completo
06	Artesão	30	5	A	Experiência na Área
08	Assistente Social	30	8	A	Ensino Superior Completo
25	Auxiliar de Serviços Gerais	40	1	A	Ensino Fundamental Completo
06	Cirurgião Dentista	30	8	A	Ensino Superior Completo
01	Contador	40	8	A	Ensino Superior Completo
17	Controlador Acesso Público	40	1	A	Ensino Médio Completo
06	Cozinheiro	40	1	A	Experiência na Área
06	Educador com Pedagogia	30	8	A	Formação em Pedagogia
35	Enfermeiro Padrão	36	8	A	Ensino Superior Completo
20	Escriturários	40	4	A	Ensino Médio Completo
08	Farmacêutico / Bioquímico	30	8	A	Ensino Superior Completo
25	Médico Plantonista	40	14	A	Formação em Medicina – Clínico Geral
05	Medico Psiquiatra	30	14	A	Especialização em Psiquiatria
05	Medico Infectologista	20	14	A	Especialização em Infectologia
05	Medico Radiologista	40	14	A	Espec.Radiologia (RX) e (Mamografias)
05	Medico Ultrassonografistas	40	14	A	Especialização em Ultrassonografias
05	Medico Duodenoscopista	30	14	A	Especialização em Gastroduodenoscopia
30	Motorista	40	3	A	Ensino Fundamental Completo
08	Psicólogo	30	8	A	Ensino Superior Completo
01	Técnico de Contabilidade	40	4	A	Ensino Médio Completo
10	Técnico de Farmácia	30	4	A	Ensino Médio Completo - Hab. Técnica
65	Técnico de Enfermagem	36	4	A	Ensino Médio Completo – Hab. Técnica
02	Técnico de Laboratório	36	4	A	Ensino Médio Completo – Hab. Técnica
04	Técnico de Segurança do Trabalho	40	4	A	Ensino Médio Completo - Hab. Técnica
30	Telefonista	40	2	A	Ensino Fundamental Completo
08	Terapeuta Ocupacional	30	8	A	Ensino Superior Completo
01	Tesoureiro	40	5	A	Nível Médio Completo
05	Vigia Noturno	40	1	A	Ensino Fundamental Completo

Jales-SP, 16 de agosto de 2022.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE PREFEITOS
Luís Henrique dos Santos Moreira

MUNICÍPIO DE APARECIDA D'OESTE
Izaías Aparecido Sanchez

MUNICIPIO DE ASPÁSIA
Ivan de Paula

MUNICÍPIO DE DIRCE REIS
Roberto Carlos Visoná

MUNICÍPIO DE DOLCINÓPOLIS
Américo Ribeiro do Nascimento

MUNICÍPIO DE JALES
Luís Henrique dos Santos Moreira

MUNICÍPIO DE MARINÓPOLIS
Evaldo Ribeiro

MUNICÍPIO DE MESÓPOLIS
José Carlos da Silva

MUNICIPIO DE PALMEIRA D'OESTE
Reinaldo Savazi

MUNICÍPIO DE PARANAPUÃ
Daniel Junior Duran Pinatto

MUNICÍPIO DE PONTALINDA
Sisínio de Oliveira Leão

MUNICÍPIO DE SANTA ALBERTINA
Gerson Formigoni Junior

MUNICÍPIO DE SANTANA DA PONTE PENSE
Vagner Hernandes

MUNICÍPIO DE SANTA SALETE
Jeder Fabiano Santiago Souza

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO
Sebastião de Oliveira Baptista

MUNICÍPIO DE URANIA
Marcio Arjol Domingues

MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL
Paulo Henrique Miotto